

Vireu, informando á cerca deste ob-
 jecto, parece-lhe, com referencia á informa-
 ção do Adm.^o d'aquelle Concelho, estar a
 pedida Authorisação, nos termos de ser conce-
 dida. O Meu parecer é conforme ao do Jor-
 nador civil, pois que entende, que uma vez, que
 o Contracto se celebre com as condições, que
 constão da Acta da deliberação daquelle Jun-
 ta, e com a expressa Clausula, de que no caso de
 faltar a agua, por qualquer causa, que se de-
 ficará desde logo permittido o ser procurada,
 como anteriormente e com a livre entrada
 na alludida quinta, pela mesma forma que
 o era antes do Contracto, entendendo-se por
 isso que por elle se não renuncia aquelle di-
 reito e posse, está, nas circumstancias de ser
 facultada a pedida Authorisação. Por esta
 forma cumpre com os ordens de V. Ex.^a, que pe-
 la Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino
 foram transmittidas a esta Repartição em 8 de
 Novembro preterito. Deus p.^a V. Ex.^a Pro.^a
 G.^a da corôa, 7 de Dezembro de 1858. *Thome e mo*
 L. Ministro e Secret.^o d'Estado dos Neg.^{os} do Reino.
 Officid.^o do Brac.^o G.^a da corôa. Pedro de Sousa
 Miranda e Castro.

1858.
 16 de
 7.

Marinha

Ultramar.
 N.^o 157.

Senhor.

Port.^a 16 de Junho
 1858.

Acerca do roubo das prá-
 tias da Misericórdia
 de Loanda.

Da Secretaria d'Estado
 dos Negocios da Marinha e Ultramar, foram
 em

em 16 de Junho preterito, Mandados e cernet
 ter a esta Repartição a fim de ser informado
 acerca do seu objecto, os incluzos officios do Go-
 vernador Geral da Provincia de Angola, e do Juiz
 Substituto da Comarca de Loanda Julio Candido
 Pereira Cabral, relativos ao chamamento á Re-
 lação de Loanda de um Advogado para a
 resolução do processo sobre o roubo das pratas
 da Misericordia da mesma Cidade, pelo im-
 pedimento dos respectivos Juizes, e em assim
 relativos á desintelligencia, que por esta
 occasião houve entre o Presid.^{te} doquelle
 Tribunal, e o referido Juiz Substituto, em cum-
 primento do que tenho a honra de infor-
 mar a Vossa Magestade o seguinte.

Mostra-se dos documentos juntos, que em
 razão das circumstancias, que se deram pa-
 ra o julgamento na segunda Instancia do
 processo alludido, não havendo naquella Re-
 lação, numero sufficiente de Juizes para o
 julgar, se veio a verificar a segunda Hypothese
 do unico do art.^o 2.^o do Decreto de 30 de Dezem-
 bre de 1852, a fim de ser chamado ao Tribunal
 para aquelle julgam^{to} um Advogado de Proci-
 siao, o que foi pelo Presidente do Tribunal
 ponderado ao Governador Geral entendendo
 o mesmo Presidente, não ser conveniente o
 chamamento daquelle, e no que concordou
 o Gov.^o Geral, até por que não havia absolu-
 ta necessidade de ser já julgado o proces-
 so, porquanto os Reos estavam ausentes.

Consta tambem que daqui resultou o ter
 o mesmo Presidente lavrado um despa-
 cho naquelles autos, o qual o Juiz Substituto
 Julio

Julio Candido Berz Cabral entendendo ser inconveniente tanto na forma como no objecto, estranhou e censurou por meio de um outro despacho seu, o qual por sua vez foi estranhado pelo Presidente que o Mandou trançar nos autos. Destes despachos resultou a desintelligencia entre o Presidente e o referido Juiz, e as representações em que expõem estes factos, de que reciprocamente se queixam, e dos quaes cada um dellas procura justificar-se. Tal é em summa o que consta dos documentos juntos, em presença de tudo o que me parece, que quanto a ser chamada de um Advogado de Provisão para complement dos Juizes do Tribunal a fim de ser julgada aquelle proceppo, he este acto facultativo nos termos no citados Art. 2º unico do Decreto de 30 de Dezembro de 1852, como bem notou o Governador Geral no seu officio de 26 de 1857; os termos por que aquelle Decreto se exprime não deixam duvida alguma a este respeito.

Sendo pois este acto facultativo, como não pôde deixar de se reconhecer, quiz a Lei por esta forma deixar á prudencia da respectiva Authoridade o uso ou não daquelle meio, segundo as circumstancias que occorressem, ora estas si podem ser conhecidas das respectivas Authoridades, a quem compete fazer a nomeação e chamamento daquelles substitutos, donde resulta que os actos a tal respeito praticados por aquelle Presidente não podem ser censurados, e por isso so entendendo que não bem se houve nesta parte o Juiz Substituto, Julio Candido Berz.

Labral. Com tudo deve ser diligenciado
o meio de remover tal obstáculo no julgam^{to}.
do processo, não só por que este não deve estar
parado, como porque quando sem relação ao
tempo decorrido ou a decorrer, nelle se tome
aquelle arbitrio, pode chegar o caso de presere-
ver a accusação do crime, podendo suscitar-se
dúvida na interrupção da mesma prescrição.

Cébo que respeitaria a desintelligencia
entre aquelle Presid^{te} e o Juiz reformado, e que seria
reciproca, ainda que em relação ao despacho pe-
lo mesmo Presid^{te} evitado nos ~~actos~~ ^{actos}, se possa
notar alguma inconveniencia, com tudo pare-
ce, que aquelle Presid^{te} quiz justificar o moti-
vo, por que não chamava para a substituição
o unico individuo, que o poderia ser, para tal-
vez justificar tambem o motivo por que o julga-
mento do processo se expassava, sendo, como
me parece, isto exacto, foi tambem menos
conveniente e menos commedido o Juiz subs-
tituto Julio Candido no seu despacho, em que
devia sempre guardar a legal attenção pa-
ra com o Presid^{te} do Tribunal onde funcio-
nava. Não encontro porem em qual-
quer dos actos offim do Presid^{te} como do
Juiz substituto, e mesmo pelas suas representações,
factos, que nos termos da Lei constituam um
acto por ella rigorosam^{te} incriminado, não po-
dendo porem desconhecêr-se, que em parte
foram nas expressões um pouco inconve-
nientes, principalmente o Juiz substituto Julio
Candido Ber^{te} Labral. Este o meu parecer,
porem Vossa Magestade em sua alta sa-
bedoria e Justiça Resolverá o que melhor Lhe

Approver. *Pria Gal da coroa* 7 de
Dezembro de 1858. Off. Jud. de Pro-
curador Gal da coroa. Pedro de Sousa Mei-
randa e Castro.

1858.
10 de
10.

Reino.
N.º 356.

Off. 24. 9. 1858.

Acerca do requerim.
de José Alves Monteiro
M.º e G.º

Deo requerimento junto
pede José Alves Monteiro da freg.
de Villarinho, Concelho de St. Theres, licen-
ca para querrelar do Adm.^o daquelle concelho,
Manoel Fernandes dos Santos por abuso de
poder. Carece-me porem que esta licença
por ora se torna desnecessaria, e mesmo de-
ria extemporanea, por que é só para a accu-
sacão propriamente dita, que a Lei o Art.
357 do codigo Adm.^o a exige, mas não para o
processo preparatorio e investigatorio, como
já foi declarado pela Cort.ª de 5 de Fevereiro
1844, e porque é só, na presença do mesmo
processo, ou suas principais peças, que o facto
para a concessão ou negação de tal licença, se
pode apreciar. Este o meu parecer, em
cumprim.^{to} das ordens de V. Ex.^a transmitti-
das a esta Repartição pela Secret.^a d' Es-
tado dos Neg.^{os} do Reino em 24 de Novembro
preterito, V. Ex.^a porem se dignará resolver,
o que for mais justo. Deos Gra. V. Ex.^a
Pria Gal da coroa 10 de Dezembro de
1858. M.º e G.º J.º Ministro e Secret.^o d'
Estado dos Neg.^{os} do Reino. Off. Jud. d'